

OS DEVEDORES E OS CREDORES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 24.05.1983

As altas taxas de juros vigentes no Brasil não são apenas um obstáculo fundamental à retomada do desenvolvimento econômico. Este fato é óbvio. Quando a taxa de juros é maior que a taxa de lucro prevista para novos investimentos, estes necessariamente tendem a paralisar-se e a economia entra em recessão. Mas, além disto, estas altas de juros são um fator desequilibrador e destruturador de toda a economia, na medida em que dividem a sociedade brasileira em dois grandes grupos: o grupo dos credores e o grupo dos devedores.

O grande grupo dos credores é constituído não apenas por empresas e pessoas físicas brasileiras, mas também pelo sistema financeiro internacional.

No sistema capitalista a existência de um grupo de credores de um lado e de devedores de outro é perfeitamente normal. Segundo os livros-texto de economia, os capitalistas rentistas (ou “poupadores”) emprestariam seu dinheiro aos capitalistas empresários, através dos intermediários financeiros, em troca de uma taxa de juros. Nesses termos, o papel dos bancos e demais instituições financeiras seria o de captar poupança dos capitalistas inativos ou rentistas e transferi-las para os capitalistas empresários ou para as empresas produtivas.

Para que esse sistema possa funcionar, entretanto, há uma condição essencial: a taxa de juros paga pelas empresas produtivas aos rentistas deve ser menor do que sua taxa de lucro ou de retorno sobre o investimento.

Também de acordo com os livros-texto de economia esta condição seria garantida automaticamente pelo mercado. Se se iniciasse uma recessão e a taxa de lucro das empresas produtivas caísse, a taxa de juros por elas paga aos rentistas e às empresas

financeiras que funcionam como intermediárias também cairia, e o equilíbrio acabaria sendo restabelecido. Keynes criticou essa previsão relativa ao automatismo do mercado em baixar a taxa de juros, mas jamais poderia imaginar o que está ocorrendo no Brasil.

De fato, desde 1980, quando começou a atual política recessiva, vem ocorrendo no Brasil o oposto do que ensinam os livros-texto de economia. Com a recessão provocada à taxa de retorno das empresas produtivas caiu verticalmente, mas as taxas de juros dos rentistas mantida artificialmente elevada pelas restrições quantitativas de crédito, pelo endividamento externo, pela venda de títulos públicos no mercado aberto (“open”), e pela correção monetária plena dos débitos e créditos ao invés de cair permaneceu em nível elevadíssimo.

Em consequência temos uma situação interna de desequilíbrio explosivo no Brasil.

Enquanto as pessoas e empresas rentistas (entre as quais incluem-se muitas grandes empresas produtivas que se transformaram em empresas financeiras graças à propriedade de grande quantidade de títulos) enriquecem cada vez mais, as pequenas e médias empresas devedoras e as grandes empresas estatais também devedoras (porque todos os seus grandes investimentos dos últimos anos foram financiados com débitos ao invés de serem fruto de receita operacional ou de impostos) empobrecem e se afundam em uma crise cada vez mais grave.

Para resolver esta situação tudo indica que não basta mudar a política econômica e baixar os juros. É preciso também uma profunda reforma tributária e o cancelamento de débitos e créditos, através da desindexação da economia ou de qualquer outra medida que recupere para os devedores uma parte dos imensos ganhos que os credores, graças aos juros elevados, vêm obtendo em meio à crise do país.(24/05)